



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
TERMO 514/2019 DE CONTRATO



PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 6210.2019/0006668-6

CONTRATANTE: HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: FORNECIMENTO FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA HIDROLISADA

Aos <sup>14</sup> dias do mês de novembro..... do ano de 2019, nesta Capital de São Paulo, na Rua Castro Alves, 63/73 - 6º andar, na sala da Gestão de Contratos do **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**, CNPJ 46.854.998/0001-92, entidade autárquica regida pela Lei 13.766 de 21 de janeiro de 2004, adiante designado HSPM e, neste ato, representado pelo seu Superintendente, **DR. LUIZ CARLOS ZAMARCO**, RG 8.97862-5 SSP/SP, CPF 760.895.848-00, e a **SRA. JULIENE PINTO MOURA DA SILVA**, RG 29.562.477-2, CPF 332.631.038-22, procuradora da empresa **NUTRIPORT COMERCIAL LTDA**, CNPJ 03.612.312/0001-44, com sede na Rua Professor Serafim Orlandi, 356, Jardim Vila Mariana, telefone 5089-2030, fax 5081-2498, e-mail [licitacoes.sp@nutriport.com.br](mailto:licitacoes.sp@nutriport.com.br), adiante designado **Contratada**, nos termos da Lei Municipal nº. 13.278 de 07 de janeiro de 2002, o Decreto Municipal nº. 44.279, de 24 de dezembro de 2003 e Decreto nº 46.662 de 24 de Novembro de 2005, Decreto Municipal nº 49.511, de 20 de maio de 2008, Decreto 56.144, de 01 de junho de 2.016, Portaria 126/2016 SMG e as Leis Federais nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002 e nº. 8 666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 23 de dezembro de 2006, e com a autorização contida no processo **6210.2019/0006668-6- HSPM**, firmar o presente Termo 514/2019 de Contrato, fazendo parte integrante deste, e conforme as condições adiante enumeradas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 Constitui objeto deste contrato o fornecimento de **FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA HIDROLISADA** para atender o Serviço Técnico de Nutrição e Dietética do Hospital do Servidor Público Municipal, com entregas parceladas conforme quantidades, especificações e demais condições e exigências estabelecidas em anexo do Pregão Eletrônico 384/2019.

Item	Produto	Unid.	Qtidade.	Valor Unitário
01	Fórmula Infantil a Base de Proteína Hidrolisada	Kg.	18	R\$ 249,45

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

**FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA HIDROLISADA**

**UNIDADE:** kg

**DESCRIÇÃO:** Fórmula infantil em pó, semi-elementar e hipoalergênica, nutricionalmente completa, isenta de sacarose e lactose, contendo proteína hidrolisada do soro de leite, polímeros de glicose e/ou maltodextrina e/ou amido **de milho**, vitaminas e sais minerais, indicada para a alimentação de lactentes com diarreia aguda ou crônica grave e com alergia a proteínas intactas do leite de vaca e soja. O produto deverá atender as especificações técnicas da NTA 83 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978, das Normas do Codex Alimentarius para fórmulas destinadas a lactentes-FAO/OMS, da Resolução – RDC nº 42 de 19/09/2011 - Regulamento técnico de compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes e a crianças de primeira infância; Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 45 de 19/09/2011 – Regulamento técnico para fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas, Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 135, de 08/02/2017 que altera a Portaria SVS/MS nº 29/, de 13/01/1998, que aprova o regulamento técnico referente a alimentos para fins especiais, para dispor sobre os alimentos para dietas com restrição de lactose; e alterações subsequentes; entre outras disposições legais. **EMBALAGEM:** Recipiente de folha de flandres íntegros, acondicionando aproximadamente 400 gramas peso líquido do produto, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo, constando os



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
TERMO 514/2019 DE CONTRATO



dados de identificação e procedência, marca comercial, lista de ingredientes, informação nutricional, instruções de uso e conservação, número do lote, prazo de validade, condições de armazenamento, quantidade do produto, número do registro e demais dados conforme as disposições da legislação vigente, reembalado de acordo com a praxe do fabricante. **PRAZO DE VALIDADE:** O produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.

**DA APRESENTAÇÃO:**

Os produtos deverão ser acondicionados de acordo com o descrito no **item 1.1. DESCRIÇÃO**, deste Termo de Referência de forma a garantir a higiene e a integridade durante o transporte e o armazenamento. Deverão constar externamente na embalagem os seguintes dados: conteúdo qualitativo e quantitativo, marca comercial, procedência de fabricação, CNPJ da empresa e demais dados que constem na Lei 8078/90, Código de Defesa do Consumidor.

**A CONTRATADA efetuará as entregas no seguinte local:**  
**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**  
**Seção Técnica de Abastecimento do Serviço Técnico de Nutrição e Dietética**  
Rua Apeninos, 44 – CEP: 01533-00 - Aclimação.  
Horário: das 7 (sete) às 13 (treze) horas de segunda a sexta feira do dia marcado.  
Fone: (11) 3397-7759 / (11) 3397-7760 e Fax (11) 3397-7956.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

2.1 Fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.2 Designar um representante para gerenciar o contrato;

2.3 Efetuar os pagamentos conforme os valores e prazos estipulados.

**CLÁUSULA TERCEIRA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

3.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as condições especificadas no Anexo I do Edital (Termo de Referência);

3.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação para esta contratação;

3.3 Aceitar, nas mesmas condições da contratação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto da licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

**CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 O valor total do presente contrato é de R\$ 4.490,10 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais e dez centavos), conforme Nota de Empenho nº. 3.325/2019, no valor de R\$ 598,68 (quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos) até 31 de dezembro deste ano e a dotação própria do exercício seguinte, nele estando incluídos todos os custos e a margem de lucro da CONTRATADA, que nada mais poderá reclamar a título de contraprestação pela execução de suas obrigações contratuais;

4.2 O preço contratado não será reajustado.

4.3 O pagamento devido será depositado, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da entrega dos produtos objeto de cada Ordem de Fornecimento, na conta corrente informada pela CONTRATADA mantida junto ao Banco Brasil.

4.4 De acordo com a Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, os atrasos de pagamentos por culpa exclusiva do CONTRATANTE ficarão sujeitos a aplicação de compensação financeira calculada através da seguinte fórmula:  $(TR + 0,5\% \text{ "PRO-RATA TEMPORE"})$ , observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;

4.4.1 O pagamento da compensação financeira estabelecida no item 4.4 dependerá de requerimento a ser formalizado pelo CONTRATADO.

4.5 No presente exercício as despesas decorrentes do ajuste correrão por conta da dotação nº 02.10.10.302.3003.2507.3.3.90.30.00.02.07.99.

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZO CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

5.1 O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura e não comportará prorrogação.

#### CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1. Em caso de descumprimento das cláusulas previstas, são aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes, observados os procedimentos contidos no Capítulo X, do Decreto Municipal nº 44.279/03.

6.2. As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

6.3. Serão ainda aplicadas as seguintes penalidades, garantindo-se o direito prévio à ampla defesa:

6.3.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, ou assinar o instrumento de contrato, dentro do prazo estabelecido no Edital, sem justificativa aceita pela Administração;

6.3.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste à empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto, ou à licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de ampla defesa.

6.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

6.3.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

6.3.5. Multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total do material ou produto entregue com atraso, ou entregue em desacordo com o objeto licitado e não substituído no prazo estabelecido, limitada a 20 (vinte) dias corridos, após o que restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total, a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

6.3.6. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas e não previstas nas demais disposições desta cláusula.

6.3.7. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

6.4. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.



3





**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
TERMO 514/2019 DE CONTRATO**



- 6.5. O prazo para pagamento de eventuais multas aplicadas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação para pagamento. Na hipótese de aplicação de multa, e uma vez esgotados os recursos/defesas cabíveis, o valor correspondente poderá ser descontado do que o contratado tiver a receber.
- 6.6. As notificações e decisões sobre aplicação de multa serão publicadas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e encaminhadas ao e-mail do Contratado informado na proposta. Caso não seja informado o e-mail ou o email esteja desatualizado, O HSPM providenciará apenas a publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
- 6.7. O não pagamento das multas devidas acarretará a inscrição do débito no CADIN e no Sistema Municipal da Dívida Ativa, bem como o ajuizamento do competente processo de execução fiscal.
- 6.8. O proponente/contratado deverá informar na proposta o endereço eletrônico da empresa, e deverá mantê-lo sempre atualizado, pois será utilizado como instrumento de comunicação com o HSPM, inclusive para o encaminhamento das Notas de Empenho, Ordem de Fornecimento, Contrato, Notificações, etc.

**6.9. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA:**

- 6.9.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, a critério do HSPM, mediante solicitação por escrito e fundamentada pelo interessado. O requerimento deverá ser submetido à apreciação do HSPM dentro do prazo assinalado na Ordem de Fornecimento para entrega do produto. A prorrogação do prazo de entrega também poderá ser autorizada desde comprovada a ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, ou desde que não acarrete prejuízo ao abastecimento e haja conveniência ao HSPM. As entregas efetuadas fora do prazo assinalado poderá ensejar aplicação de penalidades, conforme previsto no Edital, Contrato, Pedido de Cotação ou Anexo da Nota de Empenho.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua Rescisão, sujeitando-se a parte infratora às penalidades previstas neste contrato.

7.2 Constituem motivo para Rescisão do Contrato a ocorrência de quaisquer uma das hipóteses previstas neste contrato e/ou no artigo 78 da lei 8.666/93.

7.3 Ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei 8.666/93, ou qualquer uma das hipóteses prevista neste Contrato que enseje a sua rescisão, esta poderá ser decretada por ato unilateral do Contratante, desde que formalmente motivado, assegurando-se ao Contratado contraditório e ampla defesa.

7.4 A rescisão unilateral do contrato, acarretará, conforme o caso, as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV da lei 8.666/93, observados o disposto nos parágrafos 1º a 4º do mesmo dispositivo legal, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais previstas neste instrumento à parte infratora.

7.5 Poderá ser promovida a rescisão amigável do contrato, desde que haja conveniência ao Contratante;

7.6 Quando a Rescisão do Contrato ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da lei 8.666/93, sem que haja culpa do Contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que



**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**  
**TERMO 514/2019 DE CONTRATO**



houver sofrido, tendo ainda direito, quando for o caso, a: (a) devolução da garantia; (b) pagamentos devido pela execução do contrato até a data da rescisão; (c) pagamento do custo da desmobilização.

**CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Municipal nº 13.278/02, da Lei Federal nº 8.666/93 e dos demais diplomas legais aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

**8.2** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

Desde já, fica eleito o foro da Comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes contratantes, foi lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

**- DR. LUIZ CARLOS ZAMARCO -**  
Hospital do Servidor Público Municipal  
Superintendente

**- SRA JULIENE PINTO MOURA DA SILVA -**  
Nutriport Comercial Ltda.  
Procuradora

**Testemunhas:**

Sra. Flávia Ivana Pallinger  
RG: 13.274.150-7 - - CPF: 052.110.728-80

Sr. Odair Bezerra  
RG 8.036.816 - CPF 118.187.998-12